



00359964720174013800

179
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo N° 0035996-47.2017.4.01.3800 - 7ª VARA - BELO HORIZONTE
N° de registro e-CVD 00024.2018.00073800.1.00152/00128

Ação Cumprimento de Sentença
Exequente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Executado: Ana Maria de Jesus Mesquita

SENTENÇA

Trata-se de Ação de Cumprimento de Sentença, oriundo da Ação Civil Pública n° 57367-09.2013.4.01.3800, movida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT contra Ana Maria de Jesus Mesquita.

No curso do feito executivo, o DNIT adquiriu a moradia descrita às fls. 163/165 em favor do Executado, assegurando-lhe o direito à moradia digna, previsto na Constituição Federal de 1988.

Isto posto, **JULGO EXTINTO o presente feito**, nos termos do disposto no art. 487, III, b, c/c art. 924, II do CPC.

Nos termos da deliberação contida na Ata da 11ª Reunião do Conselho Executivo e atendendo aos ditames do princípio constitucional da publicidade, publique-se no site da Justiça Federal de Minas Gerais, na aba "Concilia BR381 e Anel": a ata da audiência de conciliação na qual foi homologada a aquisição do imóvel de destino; o termo de ciência/aceite e a declaração. Na publicação no site, deverão ser tarjados os dados que informem o endereço de destino das famílias, bem como os CPFs do alienante e do beneficiário e sua família.

Cadastre-se o presente feito como segredo de justiça.

Preclusas as vias impugnativas, arquivem-se os autos com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Belo Horizonte, 02/02/2018.



00359964720174013800

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0035996-47.2017.4.01.3800 - 7ª VARA - BELO HORIZONTE
Nº de registro e-CVD 00024.2018.00073800.1.00152/00128

André Prado de Vasconcelos
Juiz Federal - 7ª Vara - SJMG

lmfz

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL ANDRÉ PRADO DE VASCONCELOS em 02/02/2018, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 86576183800223.